Universidade Santa Cecília e o ensino médico na Região Metropolitana da Baixada Santista – racional para um novo curso de medicina: desafios e oportunidades de formar médicos plenos para as demandas regionais e nacionais

Hermes Toros Xavier[1]

[1]**e-mail para correspondência**: hermes.xavier@litoral.com.br

Resumo:
Dados demográficos da atenção à saúde na Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS, provida pelo Sistema Único de Saúde – SUS, apontam para a necessidade de capacitar profissionais de saúde e formar médicos com as habilidades e competências necessárias para implementar soluções e melhorar a assistência prestada à comunidade – foco das ações e compromisso da Universidade Santa Cecília – Unisanta**:** O presente artigo tem como objetivos descrever e discutir junto à comunidade acadêmica, o Ministério da Educação e Cultura – MEC e os gestores estadual e municipais de saúde os desafios e oportunidades que a Unisanta vislumbra com a proposição do seu Curso de Graduação em Medicina. Descrevemos os dados populacionais, epidemiológicos e da rede assistencial em todos os níveis de atenção à saúde da RMBS, estabelecendo um diagnóstico atual da utilização dos equipamentos de saúde que compõe o SUS da Região. Avaliamos o número de leitos SUS disponíveis e quantos são utilizados para ensino e pesquisa em medicina, atualmente. Analisamos os dados demográficos, os índices de saúde e o número de médicos por 1.000 habitantes, para melhor entender a viabilidade da proposição da Unisanta em estabelecer o seu Curso de Medicina. Demonstramos o racional que embasa o Projeto Pedagógico do Curso que propomos ao MEC, ressaltando o apoio do poder público – estadual e municipais, estabelecendo as devidas parcerias, no sentido de reconhecer a legitimidade e a importância da inserção do Curso de Medicina da Unisanta para a Região. A RMBS, formada por nove municípios – Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, São Vicente e Santos, população estimada de 1.897.551 habitantes (IBGE 2022), predominantemente urbana, possui 5.131 médicos (CNES/DataSUS), com taxa média de 2,81 médicos por 1.000 habitantes. Entre os dados demográficos, cerca de 900 mil pessoas têm idades acima dos 40 anos e 350 mil, acima dos 60 anos, sendo Santos o município que apresenta a população mais envelhecida da região, na proporção de 24,8%. A rede assistencial da RMBS compreende um total de 1.751 leitos SUS e 361 leitos SUS complementares totalizando 2.112 leitos SUS. Atualmente, apenas 517 leitos SUS são utilizados para ensino e pesquisa, correspondendo a um comprometimento dos leitos SUS para a utilização acadêmica de 29% do total existente (CNES/DataSUS junho/2023). A Unisanta entendendo que o acesso à atenção médica é primordial às comunidades, tendo o intuito de qualificar os serviços de saúde e formar médicos orientados ao cuidado integral da pessoa e da família, atuantes, prioritariamente, no âmbito da Atenção Primária à Saúde, Urgências e Emergências, vem propor a oferecer um Curso de Medicina voltado às necessidades sociais e fiel aos princípios estabelecidos pela legislação vigente.

Introdução

A Universidade Santa Cecília – Unisanta comprometida com o contexto social, essencialmente na área da Saúde da Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS, busca inserir o Curso de Medicina, dentro dos padrões de qualidade que possam atender tanto as demandas sociais quanto acadêmicas no que diz respeito à formação de futuros profissionais médicos, tendo por base, as políticas públicas e legislações vigentes, conforme segue.

O artigo 196 da Constituição Federal de 1988 define a saúde como direito da sociedade e responsabilidade do Estado, dando as bases para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) conforme a Lei no 8.080 de 19 de setembro de 1990, o qual tem como princípios e diretrizes a universalidade, a equidade, a integralidade da atenção, a regionalização, a descentralização, a hierarquização e a participação social.

Por seu turno, o inciso III do artigo 200 da Constituição Federal de 1988 confere ao SUS a ordenação da formação de recursos humanos em saúde, cujo mercado de trabalho atualmente compõe-se de mais de 3 milhões de trabalhadores que necessitam de constante qualificação e reivindica aperfeiçoamento dos novos profissionais.

Por sua vez, o artigo 209 da Constituição Federal estabelece a livre oferta de ensino pela iniciativa privada, desde que atendidas às condições de cumprimento das normas gerais da educação nacional, a autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. A oferta de educação superior de qualidade é fundamental para o processo de desenvolvimento nacional e melhoria da qualidade de vida da população.

O Plano Nacional de Saúde - 2012/2015 do Ministério da Saúde aponta como estratégia fundamental para o enfrentamento dos principais problemas de acesso da população às ações e serviços de saúde com qualidade a organização do sistema de saúde baseado nas Redes de Atenção à Saúde (RAS) que consistem em estruturas integradas de provisão de ações e serviços de saúde assegurados pelo SUS e tem como princípio a construção de uma intervenção unificada do Ministério da Saúde em articulação com Estados, e Municípios. Essas redes demandam ampliação da oferta de serviços públicos de saúde.

As Redes de Atenção à Saúde devem ser ordenadas pela Atenção Básica à Saúde, que é a porta de entrada prioritária do SUS. Esta se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, nos âmbitos individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde das coletividades. Essa modalidade de atenção orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da

responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

A expansão e a qualificação da atenção básica, organizadas pela estratégia de Saúde da Família, compõem parte do conjunto de prioridades apresentadas pelo Ministério da Saúde, sendo possível verificar que o Brasil avançou muito nas últimas décadas nesta área. Entretanto, o país convive com muitos vazios assistenciais, que correspondem a localidades que não conseguiram prover e fixar profissionais de saúde na atenção básica, em especial os médicos, não garantindo acesso aos serviços básicos de saúde por parte da população brasileira.

Compreende-se que a atenção básica bem estruturada possibilita a resolução de até 85% dos problemas de saúde, contribuindo assim para ordenar as Redes de Atenção à Saúde – RAS e organizar a demanda para outros serviços, tais como os de urgência e emergência. Ressalte-se, ainda, que na 14a Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2011, foi aprovada como diretriz que todas as famílias e todas as pessoas devem ter assegurado o direito a uma equipe de saúde da família.

Inserção do curso de medicina e o comprometimento social da Unisanta com a RMBS

Dados recentemente publicados no Demografia Médica 2023 [1], o Brasil tem 546 mil médicos, numa proporção de 2,56 médicos por mil habitantes. Duas regiões do país se apresentam abaixo da média nacional, na região Norte há 1,45 médico por 1.000 habitantes e, na região Nordeste, 1,93. Já as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil possuem razões de 3,39, 3,10 e 2,95 médicos por 1.000 habitantes, respectivamente.

A distribuição dos médicos nas regiões do país demonstra uma grande desigualdade, com boa parte dos Estados com uma quantidade de médicos abaixo da média nacional. Mesmo os estados com mais profissionais médicos que a média nacional apresenta importantes diferenças regionais. Os estados brasileiros que possuem maior densidade de médicos por 1.000 habitantes são o Distrito Federal (5,53), Rio de Janeiro (3,77), São Paulo (3,50) e Santa Catarina (3,05). As menores densidades são encontradas no Pará (1,18 médico por 1.000 habitantes), Maranhão (1,22) e Amazonas (1,36).

Os dados da Demografia Médica 2023 ainda mostram que os médicos se concentram nas capitais brasileiras que, somadas, reúnem 312.246 médicos de todo o país, o que representa uma razão de 6,13 profissionais por 1.000 habitantes.

Entretanto, o grupo de regiões metropolitanas do Brasil (excluindo as capitais) possui 44.824 médicos, o que significa 1,14 médico por 1.000 habitantes. Na somatória das cidades que compõem o interior do Brasil, são 225.996 médicos ou 1,84 profissional por 1.000 habitantes.

A população brasileira percebe e manifesta o desconforto com essa escassez de médicos, que tem impacto no acesso ao SUS. Estudo do Sistema de Indicadores de Percepção Social, realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), já havia mostrado em 2011, 58,1% dos 2.773 entrevistados disseram que a falta de médicos é o principal problema do SUS. No mesmo estudo, a resposta mais frequente como sugestão de melhoria

para o sistema de saúde foi de aumentar o número de médicos.

Nesse contexto, priorizando os dados demográficos da Região Metropolitana da Baixada Santista, formada por nove municípios – Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, São Vicente e Santos, cuja população estimada é de 1.897.551 habitantes, com taxa média de 2,81 médicos por 1.000 habitantes [2-3], e no sentido amplo de contribuir com a melhoria das condições de saúde da população brasileira, a implementação das ações previstas no projeto Pedagógico do Curso de Medicina da Unisanta terá como objetivos principais:

1 - Contribuir para diminuição da carência de médicos na região;

2- Fortalecer a prestação de serviços na atenção básica em saúde na região;

3- Contribuir para o aprimoramento da formação médica no País, proporcionando maior experiência no campo de prática médica durante o processo de formação;

4 - Ampliar a inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS, em especial junto às Redes de Atenção à Saúde de Santos e Região, desenvolvendo seu conhecimento sobre a realidade da saúde da população brasileira;

5 - Ajudar a fortalecer a política de educação permanente com a integração ensino-serviço, por meio da atuação do corpo docente da Unisanta na supervisão acadêmica das atividades desenvolvidas pelos estudantes junto às equipes de saúde do município;

6 - Aperfeiçoar médicos nas políticas públicas de saúde do País e na organização e funcionamento do SUS; e

7 - Estimular a realização de pesquisas aplicadas no SUS.

Compromisso com o acesso da população à atenção médica e a serviços de saúde de qualidade

O acesso universal, igualitário e integral aos serviços de saúde faz parte dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). A característica universal do acesso aos serviços indica que compete ao SUS atender a população por meio de serviços públicos, tanto através de órgãos estatais, quanto de instituições particulares conveniadas. O acesso igualitário significa que os cidadãos, independentemente de nível socioeconômico, gênero ou etnia, devem ser atendidos igualmente pelos serviços públicos de saúde. No que diz respeito ao acesso integral, entende-se que a população deve ter acesso gratuito e irrestrito nos níveis de assistência, desde a atenção primária aos procedimentos terapêuticos de alta complexidade.

Entre os dados demográficos da região é de interesse destacar que cerca de 900 mil pessoas estão com idades acima dos 40 anos, 350 mil acima dos 60 anos, sendo Santos o município que apresenta a população mais envelhecida da região, na proporção de 24,8%. O município tem uma população estimada para 2021 de 433.991 habitantes (DATASUS, 2021). Isso coloca a cidade na posição 10 dentre as 645 do Estado. Sua densidade demográfica é de 1.494,26 habitantes por Km2, colocando-o na posição 26 de 645 do Estado. IDH (2010) de 0,840 (6o lugar do Brasil). O número de nascimentos nos últimos 5 anos, tem mostrado uma tendência decrescente, ou seja, em 2021 foram registrados 881 nascimentos a menos em relação a 2017.

Do ponto de vista epidemiológico – ressaltando o prioritário fortalecimento da atenção primária em saúde, com ações de prevenção e promoção de saúde, a hipertensão arterial, angina e insuficiência cardíaca, relacionados à vigilância das doenças crônicas não transmissíveis, correspondeu a 23% das internações em 2021, passando agora para 33,66%, mostrando a importância de desenvolver ações de prevenção e promoção de saúde para redução das doenças cardiovasculares. Também, no rol das doenças crônicas não transmissíveis, está o aumento de 9,87% nos últimos 4 anos das internações por diabetes mellitus, chegando em 2021 a 19,59% dos casos de internação por causas sensíveis pela atenção básica.

Os indicadores de óbitos de residentes em Santos, nos últimos 5 anos, considerando as médias, retratam o mesmo padrão do Brasil e do mundo, conforme a OMS (https://www.who.int/ - acesso em 01.07.2022). Sendo assim, o principal grupo de causas de morte que se apresenta é o das doenças circulatórias (28%), seguido das neoplasias (18%). Outro destaque vale para o ano de 2020-2021 com relevante aumento das causas "infecciosas" devido a COVID-19. O quarto lugar é ocupado pelas doenças que acometem o sistema nervoso (7%), sendo mais expressivas as demências, principalmente o Alzheimer.

Os números nos últimos 5 anos mostram que, não há diferença estatisticamente expressiva entre os óbitos de residentes em Santos quando analisados puramente por gêneros, embora numericamente seja maior no sexo feminino.

A maior concentração dos óbitos de residentes em Santos, nos últimos 5 anos, é representada pela faixa etária de 80 anos e mais (43% em média). Esse percentual sobe para 65% quando considerada as pessoas idosas acima de 70 anos. Em 2020, nota-se aumento de 1 percentil para a população de 60 a 69 anos, em relação à média. Pode-se dizer com isso que, naquele ano, esta faixa etária foi a mais afetada proporcionalmente pela Covid-19 [4].

Já em 2021, este prejuízo se expande igualmente para o intervalo de 49 a 79 anos. Destaca-se ainda que, em média, 1% das mortes ocorrem em crianças menores de 1 ano, e cerca de outro 1% é representado pelos óbitos fetais, bases para o cálculo das taxas de mortalidade infantil e de natimortalidade, respectivamente, conforme definições da OMS (https://www.who.int/ - acesso em 01.07.2022).

A rede assistencial da Baixada Santista compreende um total de 1.751 leitos SUS e 361 leitos SUS complementares totalizando 2.112 leitos SUS e contempla um total de 690 leitos RUE (Rede de Urgência e Emergência), sendo 538 destes leitos SUS. Ressalte-se que, atualmente, apenas 517 leitos SUS são utilizados para ensino e pesquisa, correspondendo a um comprometimento dos leitos SUS para a utilização acadêmica de 29% do total existente (CNES/DataSUS junho/2023).

Santos como município polo da RMBS possui um sistema de saúde formado por uma extensa rede de serviços abrangendo todos os níveis de complexidade (básica, média e alta), prestando atenção à saúde dos seus munícipes e dos demais municípios da região metropolitana, o que configura, tal como nas demais regiões metropolitanas brasileiras, uma dinâmica regional pautada por uma

acentuada desigualdade entre os municípios que a compõe.

Dessa forma, todo o apoio do poder público – estadual e municipais, vem se agregando ao processo em curso, estabelecendo as devidas parcerias, no sentido de reconhecer a legitimidade e a importância da inserção do Curso de Medicina da Unisanta para a Região.

Conclusão

A Unisanta entende que o conceito de acesso à atenção médica é primordial às comunidades e central nas discussões que envolvem esse âmbito, tendo o intuito de qualificar a organização do serviço de saúde, de forma a contribuir para a adoção de modelos de atenção à saúde que sejam adequados às necessidades da população e às especificidades e características locais.

Assim, as Redes de Atenção à Saúde devem ser ordenadas pela Atenção Básica à Saúde, que é a porta de entrada prioritária do SUS. Esta se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, nos âmbitos individual e coletivo, abrangendo a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde, com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde das coletividades. Essa modalidade de atenção orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

A expansão e a qualificação da atenção básica, organizadas pela Estratégia de Saúde da Família, compõem parte do conjunto de prioridades apresentadas pelo Ministério da Saúde e aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo possível verificar que o Brasil avançou muito nas últimas décadas nesta área.

Entretanto, o país convive com muitos vazios assistenciais, que correspondem a localidades que não conseguiram prover e fixar profissionais de saúde na atenção básica, em especial os médicos, não garantindo acesso aos serviços básicos de saúde por parte da população brasileira. Seguindo estudos do Ministério da Saúde, a proporção médico/habitantes também pode ser analisada levando-se em consideração o acesso da população à profissão médica ao analisar a relação entre o número de vagas oferecidas nos cursos de Medicina.

Diante desse contexto de clara demonstração de necessidade de maior oferta de vagas em cursos de Medicina e da necessidade de ampliar a formação de médicos com formação geral e orientados para o cuidado integral da pessoa e da família, a Universidade Santa Cecília – UNISANTA, dentro da sua missão institucional, vem propor a oferecer um Curso de Medicina voltado para as necessidades sociais e fiel aos princípios estabelecidos pelas DCNs de 2014, voltada para a formação de profissionais que atuem prioritariamente nos âmbitos da Atenção Primária à Saúde e Urgências e Emergências.

Agradecimentos

Nosso agradecimento ao trabalho colaborativo dos professores: Dr. José Antonio Franchini Ramires, Dr. William da Costa, Dr. Marcello Romiti, Dr. Raphael Souza Pinto, Dra. Maria Cristina

Pereira Matos, Ms. Caroline Simões Teixeira Perrela, Dra. Lúcia Maria Teixeira, Dr. Marcelo Pirilo Teixeira e Dra. Silvia Ângela Teixeira Penteado, na discussão e aprimoramento dos nossos resultados; e à F. Bernal Consultoria, na coleta de dados regionais.

Referências

1. SCHEFFER M. et al. Demografia Médica no Brasil 2023. São Paulo, SP: FMUSP, AMB, 2023. 344 p. ISBN: 978-65-00-60986-8.
2. SEADE CENSO 2022. Dados para o Estado de São Paulo do Censo Demográfico realizado pelo IBGE. https://censo2022.seade.gov.br
3. CNES – DATASUS. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. https://cnes.datasus.gov.br
4. Boletim Epidemiológico de Santos. Edição 4 – 2022. https://www.santos.sp.gov.br/?q=servico/boletim-epidemiologico-de-santos

[1]Sobre o autor Convidado



Hermes Toros Xavier é médico graduado pela Faculdade de Ciências Médicas de Santos (1986). Especialista em Cardiologia pela Sociedade Brasileira de Cardiologia / AMB-CFM, obteve o seu Doutorado, em 2003, e o Pós-Doutorado, em 2016, ambos no Instituto do Coração da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.